



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINUTA DE EDITAL

Belo Horizonte, 29 de abril de 2026

CAPA

Pregão : 00005/2026 - Compras.Gov nº. 90005/2026

Contratante : 389172

Orgão : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ : 22.256.879/0001-70

Setor : Setor de Compras e Licitações

Endereço : Rua dos Timbiras, número 1200, bairro Boa Viagem, Belo Horizonte/MG, CEP : 30140060

Objeto : Contratação de empresa especializada para locação de solução de áudio e vídeo destinada aos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, contemplando fornecimento dos equipamentos, instalação, configuração, testes, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial nos dias de realização das plenárias.

Valor : R\$ 150.000,00

Sigiloso : Não

Processo : 26.13.000001264-5

SRP : Não

Critério de Julgamento : MENOR PREÇO

Modalidade : Aberto

Preferência ME EPP : Não

Margem de Preferência : Não

Data da Sessão : 25/05/2026

Hora Inicial : 14:00

MODELO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2026
ComprasGov Nº. 90005/2026
Processo Administrativo nº 26.13.000001264-5

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ 22.256.879/0001-70, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) Rua dos Timbiras, 1200, bairro Boa Viagem, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30140060, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 25/05/2026

Hora Inicial : 14:00



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Pinheiro de Azevedo, Coordenador(a) do Setor de Compras e Licitação do CRM-MG**, em 29/04/2026, às 16:11, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4151587** e o código CRC **335A35F8**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -
<https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.13.000001264-5 | data de inclusão: 29/04/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINUTA DE EDITAL

Belo Horizonte, 20 de abril de 2026

CAPA

Pregão : 00005/2026 - Compras.Gov nº. 90005/2026

Contratante : 389172

Orgão : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ : 22.256.879/0001-70

Setor : Setor de Compras e Licitações

Endereço : Rua dos Timbiras, número 1200, bairro Boa Viagem, Belo Horizonte/MG, CEP : 30140060

Objeto : Contratação de empresa especializada para locação de solução de áudio e vídeo destinada aos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, contemplando fornecimento dos equipamentos, instalação, configuração, testes, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial nos dias de realização das plenárias.

Valor : R\$ 150.000,00

Sigiloso : Não

Processo : 26.13.000001264-5

SRP : Não

Critério de Julgamento : MENOR PREÇO

Modalidade : Aberto

Preferência ME EPP : Não

Margem de Preferência : Não

Data da Sessão : XX/05/2026

Hora Inicial : 14:00

MODELO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2026
ComprasGov Nº. 90005/2026
Processo Administrativo nº 26.13.000001264-5

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ 22.256.879/0001-70, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) Rua dos Timbiras, 1200, bairro Boa Viagem, na cidade de Belo Horizonte/MG , CEP 30140060, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: XX/05/2026

Hora Inicial : 14:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para locação de solução de áudio e vídeo destinada aos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, contemplando fornecimento dos equipamentos, instalação, configuração, testes, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial nos dias de realização das plenárias. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 2 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Será concedido tratamento favorecido para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#) e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal

no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1986, concorrendo entre si;

2.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e

2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.15. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora

ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total expresso em Reais (R\$).

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples

Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$10,00 (dez reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado,

vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#), conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.18.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.18.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.18.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.18.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#).

6.18.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.18.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.18.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.18.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.18.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.18.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.18.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas

de lances).

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.5. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.6. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.7. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.20.8. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para

verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2021](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela

superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada

pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar

o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do

preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos

gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de

que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo poderão ser disponibilizados aos interessados por meio do e-mail: **compras@crmmg.org.br**.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6.1. Será observado o procedimento previsto na Portaria CRM-MG SEI-Nº 50, de 28 de novembro de 2024 (<http://transparencia.crmmg.org.br/images/CRMMG/Compras/Manual-Pro-Sanc-Lic-Cont.pdf>), para todas as penalidades.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário

para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **<https://www.crmmg.org.br>**.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.1.2. Sub Anexo I do Termo de Referência - Modelo de Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo

13.11.1.3. Sub Anexo II do Termo de Referência - Modelo de Termo de Ciência

13.11.1.4. Sub Anexo III do Termo de Referência - Modelo de Termo de Recebimento Provisório

13.11.1.5. Sub Anexo IV do Termo de Referência - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Contrato

Belo Horizonte , 20 de abril de 2026

.....
Lívia Pinheiro de Azevedo
Coordenadora do Setor de Compras e Licitações

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Governo Digital.

Código de Identificação Ger@AGU: 3371991776691775842



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Pinheiro de Azevedo**, **Coordenador(a) do Setor de Compras e Licitação do CRM-MG**, em 20/04/2026, às 10:59, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022](#), de 28 de março de 2022.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4101080** e o código CRC **B7180BA7**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -
<https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.13.000001264-5 | data de inclusão: 20/04/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 14.133/21 PREGÃO/CONCORRÊNCIA Nº SEI-2 - CRM-MG/PRE/CRM-MG/PRE/DETIN

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para locação de solução de áudio e vídeo destinada aos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, contemplando fornecimento dos equipamentos, instalação, configuração, testes, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial nos dias de realização das plenárias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Especificação	CATSER	Métrica	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Locação de solução de áudio e vídeo para o Plenário 2 , contemplando 1 painel de videowall (4 telas, arranjo 2x2), 1 estrutura de instalação/suporte/fixação, 1 splitter de vídeo, 1 monitor de retorno, 10 microfones de mesa tipo gooseneck, 1 mesa controladora de som, cabeamentos, conectores, adaptadores, acessórios, instalação, configuração, integração, testes, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência	12556	mês	12	R\$ 6.250,00	R\$ 75.000,00
	2	Locação de solução de áudio e vídeo para o Plenário 3 , contemplando 1 painel de videowall (4 telas, arranjo 2x2), 1 estrutura de instalação/suporte/fixação, 1 splitter de vídeo, 1 monitor de retorno, 8 microfones de mesa tipo gooseneck, 1 mesa controladora de som, cabeamentos, conectores, adaptadores, acessórios, instalação, configuração, integração, testes, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência	12556	mês	12	R\$ 6.250,00	R\$ 75.000,00
	Total:						R\$ 150.000,00

1.2. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, nos termos do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a necessidade de assegurar a continuidade das condições técnicas necessárias ao funcionamento dos Plenários 2 e 3, em apoio às atividades judicantes do CRM-MG, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Prazo de vigência

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.2. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade das condições técnicas necessárias ao funcionamento dos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, em apoio às atividades judicantes desenvolvidas nesses ambientes.

2.2. A atual solução de áudio e vídeo foi implementada no período pós-pandemia, em contexto de retomada e consolidação das atividades institucionais com suporte a recursos virtuais e híbridos, tendo sido adotada, à época, a locação de equipamentos como forma de viabilizar a realização das atividades judicantes nos referidos plenários. Com o decurso do tempo, observou-se a evolução das tecnologias disponíveis e das demandas operacionais associadas ao uso desses ambientes, de modo que a infraestrutura atualmente utilizada já não constitui, necessariamente, a alternativa mais adequada sob a ótica de modernização.

2.3. Entretanto, considerando o encerramento do contrato vigente e o prazo remanescente, não se mostra viável concluir, com a antecedência e segurança necessárias, todas as etapas necessárias à implantação de uma solução modernizada antes do término da vigência contratual. Dessa forma, a necessidade administrativa atual consiste em manter solução apta a assegurar o regular desenvolvimento das atividades institucionais realizadas nos Plenários 2 e 3, sem interrupção da infraestrutura de áudio e vídeo necessária à condução dos trabalhos.

2.4. A solução a ser contratada deverá contemplar a disponibilização de infraestrutura de áudio e vídeo para os dois ambientes, compreendendo, de forma integrada, o fornecimento dos equipamentos, componentes, acessórios e demais recursos indispensáveis ao seu funcionamento, bem como os serviços de instalação, configuração, testes, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial nos dias de realização das plenárias.

2.5. Os quantitativos estimados foram definidos com base na configuração atualmente utilizada nos Plenários 2 e 3, adotada como referência para assegurar a continuidade operacional da infraestrutura audiovisual durante a vigência contratual.

2.6. Como resultados e benefícios a serem alcançados, espera-se garantir a continuidade da operação audiovisual dos Plenários 2 e 3, reduzir o risco de interrupções que possam comprometer as atividades judicantes, assegurar suporte técnico e manutenção compatíveis com a criticidade da solução e manter os ambientes em condições adequadas de funcionamento durante a vigência contratual.

2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na locação de infraestrutura de áudio e vídeo destinada aos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, contemplando o fornecimento dos equipamentos, componentes, acessórios e demais recursos necessários ao funcionamento dos ambientes, bem como os serviços de instalação, configuração, integração, testes, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial nos dias de realização das plenárias, de forma a assegurar

a disponibilização da solução em condições adequadas de funcionamento durante toda a vigência contratual, em quantitativos compatíveis com a configuração atualmente utilizada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1.1. Disponibilizar solução de áudio e vídeo destinada aos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, apta a atender às necessidades institucionais relacionadas às atividades judicantes desenvolvidas nesses ambientes;

4.1.1.2. Atender à realização periódica das reuniões plenárias do CRM-MG, realizadas, em regra, 2 (duas) vezes por mês, na sede da Contratante, em programação que poderá abranger atividades em período noturno e integral, observada a agenda institucional;

4.1.1.3. Assegurar a continuidade das condições técnicas necessárias ao funcionamento dos plenários durante toda a vigência contratual;

4.1.1.4. Prover recursos compatíveis com a operação audiovisual necessária ao adequado desenvolvimento das atividades, contemplando captação, processamento, reprodução e exibição de áudio e vídeo, inclusive para atividades em formato híbrido, quando aplicável;

4.1.1.5. Contemplar a plena disponibilização da solução, incluindo fornecimento dos equipamentos, instalação, configuração, integração entre componentes, testes e demais ajustes necessários à entrada em operação;

4.1.1.6. Prever suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial nos dias de realização das plenárias, de forma a garantir a continuidade operacional da solução.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação, tendo em vista que a solução contempla apoio operacional presencial nos dias de realização das plenárias, bem como suporte técnico e manutenção durante a vigência contratual.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas e preventivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.4.2. A contratação deverá prever suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva durante a vigência contratual, de forma a garantir a continuidade operacional da solução;

4.4.3. Em caso de falhas, defeitos ou indisponibilidades, deverá ser assegurado atendimento em prazo compatível com a criticidade da solução, incluindo reparo, substituição de equipamentos ou adoção de medidas necessárias ao restabelecimento das condições normais de funcionamento;

4.4.4. A manutenção deverá abranger os equipamentos, componentes, acessórios e demais recursos necessários ao funcionamento da infraestrutura de áudio e vídeo dos Plenários 2 e 3 do CRM-MG.**

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. A implantação inicial da solução, compreendendo o fornecimento dos equipamentos, instalação, montagem, configuração, integração e testes, deverá ser concluída no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pela Contratada e autorizado pela Contratante.

4.5.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.5.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, no que couber à execução do objeto;

4.6.2. A Contratada deverá observar as normas internas de segurança aplicáveis ao acesso e à permanência nas dependências do CRM-MG, bem como zelar pela integridade dos equipamentos, instalações e ambientes envolvidos na prestação dos serviços;

4.6.3. A Contratada deverá manter sigilo sobre informações, documentos, rotinas e demais dados a que tiver acesso em razão da execução contratual, não podendo utilizá-los, divulgá-los ou reproduzi-los para finalidade diversa da contratação;

4.6.4. Quando houver tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual, a Contratada deverá observar as disposições da Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), adotando as medidas cabíveis para sua proteção.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.7.1.1. Adoção, sempre que aplicável, de critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto, incluindo a utilização de equipamentos em conformidade com padrões de eficiência energética;

4.7.1.2. Observância de boas práticas de manutenção, visando à ampliação da vida útil dos componentes que integram a solução;

4.7.1.3. Destinação ambientalmente adequada de materiais eventualmente substituídos ao longo da execução contratual;

4.7.1.4. Observância da legislação e das normas pertinentes quanto ao descarte e à logística reversa de equipamentos, componentes e materiais eletroeletrônicos, quando aplicável.

4.8. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.8.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.8.3. A solução deverá ser compatível com a infraestrutura física e tecnológica existente nos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, ou contemplar as adequações estritamente necessárias ao seu pleno funcionamento, evitando intervenções complexas que possam comprometer a tempestiva disponibilização do objeto.

4.8.4. Os componentes que integram a solução deverão operar de forma compatível entre si e com a dinâmica operacional dos ambientes, de modo a assegurar a adequada captação, processamento, reprodução e exibição de áudio e vídeo.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.9.1.1. A solução deverá contemplar todos os equipamentos, componentes, acessórios, suportes, cabeamentos, conectores, adaptadores e demais recursos necessários ao pleno funcionamento da infraestrutura de áudio e vídeo dos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, não sendo admitido fornecimento incompleto que comprometa sua operação.

4.9.1.2. Todos os equipamentos, componentes, acessórios, suportes e demais recursos que integram a solução locada deverão permanecer instalados e montados nas dependências do CRM-MG durante toda a vigência contratual, não se admitindo a desmontagem ou retirada dos itens, salvo em situações excepcionais de manutenção, reparo ou substituição, devidamente justificadas, e desde que não haja comprometimento da continuidade operacional da solução.

4.9.1.3. Os equipamentos e componentes fornecidos deverão ser compatíveis entre si e com a infraestrutura física e tecnológica existente nos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, ou contemplar as adequações estritamente necessárias ao seu pleno funcionamento.

4.9.1.4. A solução deverá ser fornecida, instalada, configurada, integrada e testada pela Contratada, em condições de plena operação.

4.9.1.5. A Contratada deverá assegurar a integração entre todos os componentes da solução, realizando os ajustes técnicos necessários para garantir estabilidade, funcionalidade e desempenho compatíveis com a utilização pretendida.

4.9.1.6. A solução deverá apresentar desempenho, estabilidade e confiabilidade compatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas nos Plenários 2 e 3, assegurando qualidade adequada de áudio e vídeo e reduzindo riscos de interrupções que possam comprometer os trabalhos institucionais.

4.9.1.7. A solução deverá prover recursos compatíveis com a operação audiovisual necessária ao adequado desenvolvimento das atividades nos Plenários 2 e 3, contemplando captação, processamento, reprodução e exibição de áudio e vídeo.

4.9.1.8. Em caso de falha, defeito ou indisponibilidade de qualquer equipamento, componente, acessório ou recurso que integre a solução locada, a Contratada deverá providenciar o reparo ou a substituição do item afetado, observados os prazos de atendimento e restabelecimento definidos neste Termo de Referência.

4.9.1.9. Após as disposições gerais acima, serão estabelecidos os requisitos técnicos mínimos dos equipamentos e componentes que integram a solução.

4.9.2. Painel de videowall

4.9.2.1. O painel de videowall deverá ser composto por monitor profissional para aplicação de digital signage/video wall, com tela de 49 (quarenta e nove) polegadas, resolução mínima Full HD (1920 x 1080), brilho mínimo de 450 cd/m², painel do tipo IPS ou tecnologia equivalente, e operação contínua 24 (vinte e quatro) horas por dia.

4.9.2.2. O equipamento deverá possuir borda ultrafina, com espessura máxima de 3,5 mm borda a borda, adequada à composição de videowall com efeito visual uniforme e contínuo.

4.9.2.3. O painel deverá possuir recursos de processamento e ajuste de imagem próprios para aplicação em videowall, incluindo funcionalidade de compensação ou tratamento visual das interrupções entre telas, de modo a favorecer a exibição contínua do conteúdo audiovisual.

4.9.2.4. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes interfaces de conexão: entrada HDMI, entrada DisplayPort (DP), entrada DVI-D, entrada RGB, entrada de áudio, entrada USB 2.0, saída DisplayPort (DP), saída de áudio, entrada de controle IR, entrada de rede LAN (RJ45) e portas RS232C de entrada e saída, ou conjunto de interfaces tecnicamente equivalente, desde que compatível com a solução adotada.

4.9.2.5. O painel deverá possuir controle remoto, com navegação adequada para operação e ajuste das funções do equipamento à distância, inclusive para configurações de imagem e gerenciamento do display.

4.9.2.6. Os painéis fornecidos deverão ser próprios para uso corporativo/institucional, em condição de operação estável, com desempenho compatível com a utilização contínua nos Plenários 2 e 3 do CRM-MG.

4.9.2.7. Os painéis que compõem cada videowall deverão ser compostos por 4 (quatro) telas,

instaladas e configuradas no arranjo 2x2, de modo a operar como conjunto único de exibição.

4.9.2.8. A solução deverá permitir a interligação física e funcional entre as telas, com os recursos necessários à distribuição do sinal, sincronização e exibição integrada do conteúdo audiovisual no videowall.

4.9.2.9. Deverão ser fornecidos todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários à interligação entre as telas e ao pleno funcionamento do videowall.

4.9.2.10. O painel deverá possuir ângulo de visão compatível com a utilização em ambiente plenário, assegurando adequada visualização do conteúdo por diferentes posições no ambiente.

4.9.2.11. Os painéis que compõem cada videowall deverão apresentar uniformidade visual compatível entre si, de modo a assegurar padronização de brilho, cor e qualidade de imagem no conjunto instalado.

4.9.2.12. Os equipamentos deverão ser próprios para uso profissional/corporativo, não sendo admitida a utilização de televisores ou monitores de uso doméstico.

4.9.2.13. A Contratada deverá realizar a montagem, configuração, alinhamento, parametrização e testes necessários ao pleno funcionamento do videowall, entregando-o em condições adequadas de operação.

4.9.3. **Estrutura de instalação/suporte/fixação**

4.9.3.1. A solução deverá contemplar estrutura de instalação, suporte e fixação destinada à sustentação do painel de videowall, adequada à composição de 4 (quatro) telas em disposição 2x2.

4.9.3.2. A estrutura deverá ser do tipo tubular, própria para sustentação de equipamentos audiovisuais, com resistência mecânica compatível com a carga total das telas e dos demais elementos de fixação que integrem o conjunto.

4.9.3.3. A estrutura deverá possuir 2 (duas) bases de apoio, de modo a assegurar estabilidade, sustentação adequada e segurança durante toda a vigência contratual.

4.9.3.4. A estrutura deverá ser compatível com as dimensões, o peso e o padrão de fixação dos monitores que compõem o videowall, assegurando alinhamento adequado, estabilidade do conjunto e montagem segura no ambiente de instalação.

4.9.3.5. A estrutura deverá permitir a correta montagem e posicionamento das telas, de forma a manter uniformidade visual, nivelamento e adequada disposição do videowall no ambiente.

4.9.3.6. Todos os elementos de fixação, travamento, acoplamento e sustentação necessários à montagem completa e segura da estrutura deverão ser fornecidos pela Contratada.

4.9.3.7. A estrutura deverá permanecer montada nas dependências do CRM-MG durante toda a vigência contratual, em plenas condições de estabilidade e uso, ressalvadas apenas as intervenções temporárias estritamente necessárias para manutenção, reparo ou substituição.

4.9.4. **Splitter de vídeo**

4.9.4.1. A solução deverá contemplar splitter de vídeo compatível com a infraestrutura adotada para o videowall, destinado à distribuição do sinal de vídeo para os monitores que compõem o conjunto.

4.9.4.2. O equipamento deverá possuir, no mínimo, 1 (uma) entrada HDMI e 4 (quatro) saídas HDMI, compatíveis com a configuração da solução.

4.9.4.3. O splitter deverá permitir a distribuição do sinal de vídeo para os monitores conectados, sem perda perceptível de qualidade de imagem, garantindo estabilidade e continuidade na exibição do conteúdo.

4.9.4.4. O equipamento deverá ser compatível com a resolução e com os padrões de vídeo utilizados na solução, bem como com os demais componentes que integram a infraestrutura audiovisual dos Plenários 2 e 3.

4.9.4.5. Deverão ser fornecidos todos os cabos, conectores, fontes de alimentação e demais acessórios necessários à instalação e ao pleno funcionamento do splitter de vídeo.

4.9.5. **Monitor de retorno**

- 4.9.5.1. O monitor de retorno deverá possuir tela com dimensão mínima de 42 (quarenta e duas) polegadas.
- 4.9.5.2. O equipamento deverá possuir resolução mínima Full HD (1920 x 1080), adequada à exibição nítida de conteúdo audiovisual no ambiente.
- 4.9.5.3. O monitor deverá possuir brilho, contraste e qualidade de imagem compatíveis com a finalidade de apoio visual às atividades realizadas nos plenários, assegurando adequada visualização do conteúdo.
- 4.9.5.4. O equipamento deverá possuir, no mínimo, entrada HDMI, compatível com a solução de vídeo adotada, admitindo-se conjunto de interfaces equivalente que assegure plena integração com os demais componentes da solução.
- 4.9.5.5. O monitor deverá possuir controle remoto, apto à operação e ao ajuste de suas funções à distância.
- 4.9.5.6. O equipamento deverá ser fornecido com suporte, base ou estrutura de fixação compatível com sua instalação no ambiente, em condições adequadas de segurança, estabilidade e utilização.
- 4.9.5.7. O monitor deverá possuir ângulo de visão compatível com a utilização em ambiente plenário, assegurando adequada visualização do conteúdo por diferentes posições no ambiente.
- 4.9.5.8. O equipamento deverá ser próprio para uso corporativo/institucional, em condição de operação estável, com desempenho compatível com a utilização contínua no ambiente.
- 4.9.5.9. A Contratada deverá realizar a instalação, configuração, conexão e testes necessários ao pleno funcionamento do monitor de retorno, entregando-o em condições adequadas de operação.

4.9.6. Microfones de mesa tipo gooseneck

- 4.9.6.1. Os microfones deverão ser do tipo gooseneck, próprios para uso em mesa de plenário, com haste flexível e base compatível com a instalação pretendida.
- 4.9.6.2. Os equipamentos deverão possuir princípio transdutor do tipo condensador de eletreto e padrão polar cardióide, ou especificação tecnicamente equivalente ou superior, compatível com a captação direcional de voz em ambiente de sessão.
- 4.9.6.3. Os microfones deverão possuir resposta de frequência mínima de 50 Hz a 16 kHz, ou faixa tecnicamente equivalente ou superior, adequada à captação clara e inteligível de voz.
- 4.9.6.4. Os microfones deverão ser compatíveis com a mesa controladora de som e com os demais componentes da solução de áudio, admitindo-se alimentação por phantom power, quando aplicável à solução adotada.
- 4.9.6.5. Os microfones deverão possuir haste com comprimento mínimo de 45 cm, ou medida tecnicamente equivalente ou superior, adequada ao uso em mesa de plenário.
- 4.9.6.6. Os equipamentos deverão possuir saída XLR ou conexão tecnicamente equivalente compatível com a solução de áudio adotada.
- 4.9.6.7. Os microfones deverão possuir indicador luminoso de funcionamento na base, ou recurso equivalente que permita identificação visual de operação.
- 4.9.6.8. Os microfones deverão possuir botão liga/desliga na base, ou recurso funcional equivalente para acionamento e desacionamento individual do equipamento.
- 4.9.6.9. Os microfones deverão ser fornecidos com espuma de proteção ou acessório equivalente, adequado à redução de ruídos indesejados na captação.
- 4.9.6.10. Os microfones deverão ser fornecidos com cabos XLR em quantidade compatível com a solução, bem como conectores e demais acessórios necessários à sua instalação, integração e pleno funcionamento.
- 4.9.6.11. Os microfones deverão assegurar captação individual adequada da voz do usuário, com desempenho compatível com a utilização em ambiente de sessão.
- 4.9.6.12. Os equipamentos deverão ser fornecidos com cabeamento, conectores e demais acessórios necessários à sua instalação, integração e pleno funcionamento, incluindo cabo compatível com a conexão adotada.
- 4.9.6.13. Os microfones deverão ser compatíveis com a mesa controladora de som e com os

demais componentes da solução de áudio fornecida.

4.9.6.14. Os equipamentos deverão ser próprios para uso profissional/corporativo, em condição de operação estável e com desempenho compatível com a utilização contínua no ambiente institucional.

4.9.6.15. A Contratada deverá realizar a instalação, conexão, configuração e testes necessários ao pleno funcionamento dos microfones, entregando-os em condições adequadas de operação.

4.9.7. **Mesa controladora de som**

4.9.7.1. A solução deverá contemplar mesa controladora de som, própria para uso profissional/corporativo, com desempenho compatível com a operação audiovisual dos Plenários 2 e 3.

4.9.7.2. O equipamento deverá possuir, no mínimo, 10 (dez) entradas para microfone com conexão XLR, compatíveis com os microfones que integram a solução.

4.9.7.3. A mesa deverá possuir, adicionalmente, ao menos 1 (um) canal independente com entrada compatível com conexão P10, destinado à integração com os recursos de áudio já existentes no ambiente do CRM-MG, admitindo-se canal do tipo combo XLR/P10, desde que não coincida com os canais mínimos exigidos no item anterior.

4.9.7.4. A mesa deverá possuir alimentação phantom power +48V, compatível com a solução de áudio adotada.

4.9.7.5. O equipamento deverá possuir saída principal estéreo com conexão XLR, apta à integração com a caixa amplificada utilizada no ambiente.

4.9.7.6. A mesa deverá possuir, adicionalmente, saída compatível com conexão P10, apta à integração com os recursos de áudio já existentes no CRM-MG e com os demais componentes da infraestrutura.

4.9.7.7. A mesa deverá possuir recursos de ajuste e controle de áudio por canal, compatíveis com a operação pretendida, permitindo o adequado tratamento do sinal sonoro dos ambientes.

4.9.7.8. O equipamento deverá permitir controle individual dos canais de entrada, incluindo ajuste de ganho e nível.

4.9.7.9. A mesa deverá possuir recursos de equalização por canal, ou funcionalidade tecnicamente equivalente, compatíveis com o adequado ajuste do sinal de áudio.

4.9.7.10. O equipamento deverá possuir recursos de monitoramento e controle de sinal, incluindo indicadores visuais de nível e controle de volume geral da saída principal, compatíveis com a operação da solução.

4.9.7.11. A mesa deverá ser compatível com os microfones de mesa tipo gooseneck e com as demais fontes de áudio que integrem a solução.

4.9.7.12. A mesa deverá possuir estrutura robusta, compatível com uso contínuo em ambiente institucional, em condição de operação estável e segura.

4.9.7.13. O equipamento deverá apresentar funcionamento estável, com desempenho compatível com uso profissional e sem geração de ruídos ou interferências incompatíveis com a finalidade da contratação.

4.9.7.14. A mesa deverá possuir identificação clara dos canais, controles e conexões, de modo a facilitar a operação, o monitoramento e a manutenção da solução.

4.9.7.15. A mesa deverá possuir chave liga/desliga em local de fácil acesso, compatível com a operação cotidiana da solução.

4.9.7.16. A mesa deverá possuir alimentação elétrica compatível com a rede de 110 V utilizada nas dependências do CRM-MG, admitindo-se equipamento bivolt automático, desde que dispensado o uso de transformador externo.

4.9.7.17. O equipamento deverá ser fornecido com todos os cabos, conectores, fontes de alimentação e demais acessórios necessários à sua instalação, integração e pleno funcionamento.

4.9.7.18. A Contratada deverá realizar a instalação, conexão, configuração, parametrização e testes necessários ao pleno funcionamento da mesa controladora de som, entregando-a em condições adequadas de operação.

4.9.8. Cabeamentos, conectores, adaptadores e acessórios

4.9.8.1. A solução deverá contemplar todos os cabeamentos, conectores, adaptadores e acessórios necessários à completa instalação, integração, interligação e operação dos equipamentos que compõem a infraestrutura de áudio e vídeo dos Plenários 2 e 3 do CRM-MG.

4.9.8.2. Todos os itens deverão ser fornecidos em quantidade suficiente e com especificações compatíveis com os equipamentos integrantes da solução, não sendo admitido fornecimento incompleto que comprometa o funcionamento do conjunto.

4.9.8.3. Deverão ser fornecidos os cabos XLR necessários à instalação e ao pleno funcionamento dos microfones de mesa tipo gooseneck.

4.9.8.4. Deverão ser fornecidos os cabos, conectores e adaptadores necessários à interligação da fonte de vídeo com o splitter, bem como do splitter com os painéis do videowall e com o monitor de retorno, assegurando plena compatibilidade e funcionamento integrado da solução de vídeo.

4.9.8.5. Deverão ser fornecidos os cabos, conectores e adaptadores necessários à integração da mesa controladora de som com os recursos de áudio já existentes no ambiente do CRM-MG, inclusive aqueles compatíveis com conexões XLR e P10, quando aplicáveis.

4.9.8.6. Os cabeamentos, conectores, adaptadores e acessórios deverão possuir padrão de qualidade e resistência compatível com uso profissional/corporativo, adequados à utilização contínua em ambiente institucional.

4.9.8.7. Os itens fornecidos deverão ser compatíveis com a disposição física dos ambientes, permitindo instalação organizada, segura e funcional, sem prejuízo à operação da solução.

4.9.8.8. A Contratada deverá realizar a instalação, organização, identificação e testes dos cabeamentos, conectores, adaptadores e acessórios necessários à plena operação da solução.

4.9.9. Serviços de instalação, montagem, configuração e integração

4.9.9.1. A Contratada deverá realizar todos os serviços necessários à instalação, montagem, configuração, integração e entrada em operação dos equipamentos que compõem a solução de áudio e vídeo dos Plenários 2 e 3 do CRM-MG.

4.9.9.2. Os serviços deverão abranger a montagem física dos equipamentos, a execução das conexões de áudio e vídeo, a interligação entre os componentes da solução, a organização dos cabeamentos e a realização dos ajustes técnicos necessários ao pleno funcionamento do conjunto.

4.9.9.3. A Contratada deverá realizar a configuração dos equipamentos e sistemas fornecidos, promovendo os ajustes necessários para assegurar compatibilidade, estabilidade, funcionalidade e desempenho adequados à utilização pretendida nos ambientes.

4.9.9.4. A integração da solução deverá contemplar, quando aplicável, a compatibilização com os recursos já existentes no ambiente do CRM-MG, de modo a assegurar a operação conjunta dos equipamentos locados com a infraestrutura disponível.

4.9.9.5. A Contratada será responsável pela plena integração entre os equipamentos fornecidos, bem como pela compatibilização necessária ao funcionamento da solução como um conjunto único.

4.9.9.6. Os serviços deverão ser executados por profissionais com qualificação compatível com a natureza da solução, observando-se as boas práticas de instalação e segurança aplicáveis.

4.9.9.7. Os serviços deverão ser executados de modo a preservar as condições físicas, elétricas e operacionais dos ambientes, sem causar danos às instalações existentes.

4.9.9.8. Eventuais inadequações identificadas na instalação, montagem, configuração ou integração da solução deverão ser corrigidas pela Contratada, sem ônus adicional para o CRM-MG.

4.9.9.9. Os serviços deverão ser executados em horários previamente acordados com a Contratante, de modo a não prejudicar o regular funcionamento das atividades institucionais.

4.9.9.10. Ao final da instalação e configuração, a Contratada deverá entregar a solução em plenas condições de funcionamento, devidamente montada, conectada, configurada, integrada e pronta para uso.

4.9.10. Serviços de testes, validação e entrada em operação

4.9.10.1. Após a instalação, montagem, configuração e integração da solução, a Contratada deverá realizar todos os testes necessários à verificação do funcionamento dos equipamentos e serviços que compõem a infraestrutura de áudio e vídeo dos Plenários 2 e 3 do CRM-MG.

4.9.10.2. Os testes deverão abranger, no que couber, a verificação das conexões de áudio e vídeo, da comunicação entre os equipamentos, da captação e reprodução sonora, da exibição de imagens, da integração entre os componentes da solução e do funcionamento geral do conjunto em condições normais de uso.

4.9.10.3. Os testes deverão contemplar simulação de uso em condição semelhante à operação real dos plenários, incluindo captação, reprodução e exibição de áudio e vídeo.

4.9.10.4. A validação da solução deverá considerar o funcionamento integrado de todos os componentes, e não apenas a verificação individual dos equipamentos.

4.9.10.5. A Contratada deverá realizar os ajustes técnicos e correções necessários para sanar eventuais falhas, inconsistências ou incompatibilidades identificadas durante os testes, sem ônus adicional para o CRM-MG.

4.9.10.6. Sempre que houver necessidade de correção, ajuste, substituição ou reconfiguração, a Contratada deverá realizar novos testes para comprovar o restabelecimento das condições adequadas de operação.

4.9.10.7. A entrada em operação da solução somente será considerada concluída após a realização dos testes necessários e a confirmação de que os equipamentos e serviços se encontram em condições adequadas de funcionamento.

4.9.10.8. A validação da solução deverá considerar sua aptidão para uso nas atividades institucionais realizadas nos plenários, em especial quanto à estabilidade da operação, à qualidade do áudio e vídeo e à integração entre os equipamentos.

4.9.10.9. Caso sejam identificadas falhas ou inadequações que comprometam o funcionamento da solução, a Contratada deverá promover os ajustes, correções, substituições ou reconfigurações necessárias até o efetivo restabelecimento das condições adequadas de operação.

4.9.10.10. Os testes e a validação da solução deverão ser realizados com possibilidade de acompanhamento pela Contratante.

4.9.10.11. A conclusão da etapa de testes e validação deverá ser objeto de registro pela fiscalização, para fins de verificação das condições de entrada em operação da solução.

4.9.11. Serviços de manutenção preventiva e corretiva

4.9.11.1. A Contratada deverá prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva necessários à preservação do pleno funcionamento da solução de áudio e vídeo durante toda a vigência contratual.

4.9.11.2. A manutenção preventiva deverá compreender as ações periódicas de verificação, ajuste, limpeza, revisão, testes e demais procedimentos técnicos destinados a reduzir a ocorrência de falhas e assegurar a continuidade operacional da solução.

4.9.11.3. A manutenção preventiva deverá ser realizada periodicamente, em frequência compatível com as recomendações do fabricante e com a criticidade da solução.

4.9.11.4. A manutenção corretiva deverá compreender o diagnóstico, reparo, ajuste, substituição de componentes, reconfiguração e demais providências necessárias ao restabelecimento das condições adequadas de funcionamento da solução, sempre que identificadas falhas, defeitos ou indisponibilidades.

4.9.11.5. Os serviços de manutenção deverão abranger todos os equipamentos, componentes, acessórios, cabeamentos e demais recursos que integram a solução locada.

4.9.11.6. Em caso de falha, defeito ou indisponibilidade de qualquer item da solução, a Contratada deverá adotar as providências necessárias à sua correção, reparo ou substituição, observados os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

4.9.11.7. Quando necessário, a Contratada deverá substituir equipamentos, componentes ou acessórios por outros de características equivalentes ou superiores, de modo a restabelecer o funcionamento da solução.

4.9.11.8. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive substituições necessárias ao pleno funcionamento da solução, deverão ocorrer sem ônus adicional para o CRM-MG.

4.9.11.9. As manutenções deverão ser executadas de modo a minimizar impactos sobre as atividades institucionais realizadas nos Plenários 2 e 3.

4.9.11.10. Sempre que a manutenção exigir retirada temporária de equipamento ou componente, a Contratada deverá adotar as medidas necessárias para não comprometer a continuidade operacional da solução.

4.9.11.11. Após a execução dos serviços de manutenção, a Contratada deverá realizar os testes necessários para comprovar o restabelecimento das condições adequadas de funcionamento da solução.

4.9.11.12. Após a manutenção, a solução somente será considerada restabelecida após testes que comprovem seu funcionamento adequado.

4.9.11.13. As ocorrências de manutenção e as providências adotadas pela Contratada deverão ser registradas para acompanhamento da fiscalização contratual.

4.9.11.14. Antes da realização de cada plenária, a Contratada deverá realizar testes, conferências e ajustes prévios em todos os equipamentos e componentes da solução, assegurando sua plena condição de funcionamento para uso no evento.

4.9.12. Apoio operacional presencial

4.9.12.1. A Contratada deverá prestar apoio operacional presencial nas plenárias e demais atividades abrangidas pela contratação, sempre que demandado pela Contratante.

4.9.12.2. O apoio operacional presencial deverá compreender as atividades necessárias à disponibilização da solução em condições adequadas de uso, bem como a adoção das providências cabíveis sempre que demandado pela Contratante.

4.9.12.3. Antes da realização de cada plenária ou atividade, a Contratada deverá realizar a conferência, verificação, testes e ajustes necessários nos equipamentos e componentes da solução, de modo a assegurar sua plena condição de funcionamento.

4.9.12.4. O profissional responsável pelo apoio operacional deverá comparecer com antecedência suficiente para realização das verificações, testes e ajustes prévios ao início do evento.

4.9.12.5. O apoio operacional deverá abranger, no que couber, a verificação da captação e reprodução de áudio, da exibição de vídeo, da operação dos microfones, da mesa controladora de som, do videowall, do monitor de retorno e dos demais componentes da solução.

4.9.12.6. Sempre que necessário, a Contratada deverá realizar intervenções técnicas e operacionais imediatas, com vistas a assegurar a continuidade e a qualidade da operação da solução.

4.9.12.7. O apoio operacional presencial deverá ser prestado nos horários e condições previamente definidos pela Contratante, contemplando a preparação prévia da solução, inclusive com o acionamento dos equipamentos que integram a infraestrutura de áudio e vídeo, bem como os procedimentos de encerramento operacional ao término da atividade, incluindo o desligamento dos respectivos equipamentos.

4.9.12.8. Na impossibilidade de comparecimento do profissional designado, a Contratada deverá providenciar sua substituição por profissional com qualificação compatível, sem prejuízo à prestação do serviço.

4.9.12.9. Em caso de falha ou intercorrência, a Contratada deverá adotar providências imediatas para restabelecimento da operação da solução.

4.10. Requisitos de implantação

4.10.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.10.1.1. A Contratada deverá realizar a implantação da solução de áudio e vídeo nos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, contemplando o fornecimento, a instalação, a montagem, a configuração, a integração e a disponibilização dos equipamentos e serviços necessários ao seu pleno funcionamento.

4.10.1.2. A implantação deverá abranger todos os equipamentos, componentes, acessórios, cabeamentos, conectores, adaptadores e demais recursos necessários à completa disponibilização

da solução, em condições adequadas de uso.

4.10.1.3. Todos os itens fornecidos deverão ser novos, em condições adequadas de utilização, compatíveis entre si e com a infraestrutura existente nos ambientes, ou acompanhados das adequações estritamente necessárias à sua instalação e operação.

4.10.1.4. A instalação da solução deverá ser executada de forma organizada e segura, observando-se as características físicas e operacionais dos ambientes, sem causar danos às instalações existentes.

4.10.1.5. A Contratada deverá realizar a montagem e a fixação dos equipamentos com utilização de suportes, estruturas, conexões e acessórios adequados, observadas as condições de estabilidade, segurança e funcionalidade da solução.

4.10.1.6. A implantação deverá contemplar a completa interligação dos equipamentos de áudio e vídeo, bem como sua integração com os recursos já existentes no ambiente do CRM-MG, quando aplicável.

4.10.1.7. A solução somente será considerada implantada após a conclusão do fornecimento, instalação, montagem, configuração, integração e testes necessários à sua plena entrada em operação.

4.10.1.8. Eventuais inadequações identificadas na implantação, instalação ou fornecimento da solução deverão ser corrigidas pela Contratada, sem ônus adicional para o CRM-MG.

4.10.1.9. Ao final da implantação, a Contratada deverá deixar os ambientes em condições adequadas de organização e limpeza, com a solução devidamente instalada e operacional.

4.11. Requisitos de Garantia e Manutenção

4.11.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1. Os serviços de instalação, montagem, configuração, integração, testes, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial deverão ser prestados por profissionais com qualificação compatível com a natureza da solução contratada, bem como com todos os recursos ferramentais necessários à adequada execução dos serviços.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

4.13.1.1. A equipe responsável pela execução dos serviços deverá possuir qualificação compatível com as atividades de instalação, montagem, configuração, integração, testes, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial de soluções de áudio e vídeo.

4.13.1.2. Os profissionais alocados na execução contratual deverão ser aptos à operação e ao suporte dos equipamentos e componentes que integram a solução, observadas as exigências técnicas previstas neste Termo de Referência.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.14.2. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os serviços deverão ser prestados.

4.14.3. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento em horário comercial, de maneira eletrônica e por via telefônica ou mensagem eletrônica.

4.14.4. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.14.5. Para os serviços de apoio operacional presencial, a Contratante acionará o Contratado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, observada a programação das atividades institucionais.

4.14.6. O apoio operacional presencial deverá ser prestado de forma compatível com a programação informada pela Contratante, inclusive em caso de alterações supervenientes.

4.15. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.15.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.15.2. O Contratado deverá observar as normas, procedimentos e orientações de segurança da informação aplicáveis ao acesso e à permanência nas dependências do CRM-MG.

4.15.3. O Contratado deverá zelar pela integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações, equipamentos, instalações e ambientes a que tiver acesso em razão da execução contratual.

4.15.4. O Contratado deverá orientar seus empregados, prepostos e demais profissionais envolvidos na execução do objeto quanto ao dever de sigilo sobre informações, documentos, rotinas, configurações e demais dados a que tenham acesso em decorrência da contratação.

4.15.5. As informações obtidas em razão da execução contratual não poderão ser utilizadas, reproduzidas, compartilhadas ou divulgadas para finalidade diversa da execução do objeto.

4.15.6. Sempre que houver tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual, o Contratado deverá observar as disposições da Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), adotando as medidas necessárias à sua proteção.

4.15.7. O acesso do Contratado às dependências, equipamentos e informações do CRM-MG deverá ocorrer somente na medida necessária à execução dos serviços contratados.

4.15.8. O Contratado deverá comunicar à Contratante, com a maior brevidade possível, a ocorrência de qualquer incidente, falha, exposição indevida de informação ou situação que possa representar risco à segurança da informação ou à privacidade no âmbito da execução contratual.

4.16. Vistoria

4.16.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é importante para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas.

4.16.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.16.3. Para a vistoria, o representante da empresa deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.16.4. A vistoria deverá ser previamente agendada junto à Contratante, conforme orientações constantes do edital ou de seus anexos.

4.16.5. Durante a vistoria, poderão ser verificadas as condições físicas dos ambientes, a infraestrutura existente, os pontos de instalação, as condições de integração da solução e demais informações pertinentes à execução do objeto.

4.16.6. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu representante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.16.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.17. Outros Requisitos Aplicáveis

4.17.1. A Contratada deverá responsabilizar-se pelos danos causados às instalações, equipamentos ou demais bens do CRM-MG, quando comprovadamente decorrentes de ação ou omissão sua, ou de seus empregados, prepostos ou subcontratados, promovendo os reparos ou substituições necessários, sem ônus adicional para a Contratante.

4.17.2. Não será admitida a substituição dos equipamentos, componentes ou acessórios que integram a solução por itens com características inferiores às exigidas neste Termo de Referência.

4.17.3. A Contratada deverá providenciar a retirada de embalagens, resíduos, materiais inservíveis e demais itens decorrentes da execução dos serviços, mantendo os ambientes em condições adequadas de organização e limpeza.

4.18. Sustentabilidade

4.18.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.18.1.1. Os equipamentos e componentes que integram a solução deverão, sempre que aplicável, observar padrões de eficiência energética compatíveis com o objeto da contratação;

4.18.1.2. A execução dos serviços deverá contemplar boas práticas de manutenção, com vistas à ampliação da vida útil dos equipamentos e componentes da solução;

4.18.1.3. A Contratada deverá observar a legislação e as normas aplicáveis quanto ao descarte, à logística reversa e à destinação ambientalmente adequada de equipamentos, componentes e materiais eletroeletrônicos eventualmente substituídos, danificados ou tornados inservíveis durante a execução contratual.

4.19. Indicação de marcas ou modelos

4.19.1. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos, tendo em vista que as especificações do objeto foram estabelecidas por meio de requisitos técnicos mínimos suficientes à caracterização da solução pretendida.

4.20. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.20.1. Na presente contratação não há vedação prévia de marca ou produto específico, devendo os equipamentos, componentes e serviços ofertados observar integralmente os requisitos técnicos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.21. Subcontratação

4.21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.22. Garantia da contratação

4.22.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.23. Margem de Preferência

4.23.1. O objeto da contratação não se enquadra em margem de preferência normal ou adicional.

4.24. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.24.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.24.1.1. A solução será destinada ao atendimento dos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, contemplando, no mínimo, 2 videowalls, 2 estruturas de instalação/suporte/fixação, 2 splitters de vídeo, 2 monitores de retorno, 17 microfones de mesa tipo gooseneck e 2 mesas controladoras de som, além dos cabeamentos, conectores, adaptadores e acessórios necessários ao pleno

funcionamento da solução

4.24.1.2. A contratação abrange, de forma integrada, a locação dos equipamentos, bem como os serviços de instalação, montagem, configuração, integração, testes, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

4.24.1.3. A execução contratual deverá considerar a necessidade de preparação prévia da solução, sua compatibilização com a infraestrutura existente nos ambientes e o atendimento às demandas operacionais da Contratante durante a vigência do contrato.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de execução

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1.1. Início da execução do objeto: em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato.

6.1.1.2. A execução dos serviços compreenderá, de forma integrada, o fornecimento dos equipamentos, a instalação, a montagem, a configuração, a integração, os testes, a disponibilização da solução em condições adequadas de uso, a manutenção preventiva e corretiva e o apoio operacional presencial, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.1.1.3. A execução dos serviços deverá considerar a realização periódica das atividades institucionais nos Plenários 2 e 3, inclusive reuniões plenárias realizadas, em regra, 2 (duas) vezes por mês, observada a programação informada pela Contratante.

6.1.1.4. A implantação inicial da solução deverá abranger a entrega dos equipamentos e componentes, a montagem física da infraestrutura, a execução das conexões de áudio e vídeo, a integração entre os equipamentos, a realização de testes e os ajustes necessários ao pleno funcionamento do conjunto.

6.1.1.5. Após a implantação inicial, a solução deverá permanecer instalada e disponível durante toda a vigência contratual, cabendo à Contratada assegurar sua continuidade operacional, mediante manutenção preventiva e corretiva, substituição de componentes quando necessária e adoção das providências técnicas pertinentes.

6.1.1.6. Para os serviços de apoio operacional presencial, a Contratante acionará o Contratado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, observada a programação das atividades institucionais.

6.1.1.7. Antes da realização de cada plenária ou atividade, a Contratada deverá realizar conferência, verificação, testes e ajustes nos equipamentos e componentes da solução, de modo a assegurar sua plena condição de funcionamento.

6.1.1.8. O apoio operacional presencial deverá ser prestado nos horários e condições previamente definidos pela Contratante, contemplando a preparação prévia da solução e os procedimentos de encerramento operacional ao término da atividade.

6.1.1.9. A manutenção preventiva deverá ser realizada periodicamente, em frequência compatível com as recomendações do fabricante e com a criticidade da solução, e a manutenção corretiva deverá ser executada sempre que identificadas falhas, defeitos ou indisponibilidades.

6.1.1.10. A execução dos serviços deverá observar as condições físicas e operacionais dos ambientes, preservar a infraestrutura existente e ser realizada de modo a minimizar impactos sobre as atividades institucionais do CRM-MG.

6.2. Local e horário da prestação dos serviços

6.2.1. Os serviços serão prestados na sede do CRM-MG, situada na Rua dos Timbiras, 1200, bairro Boa Viagem, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-064, especialmente nos Plenários 2 e 3, bem como em outros espaços internos da Contratante, quando necessário à execução do objeto.

6.2.2. Os serviços serão prestados em horário comercial, para as atividades ordinárias de instalação, manutenção, ajustes, suporte e demais demandas correlatas, e em horários compatíveis com a programação das atividades institucionais da Contratante, quando se tratar de apoio operacional presencial vinculado às plenárias e demais eventos abrangidos pela contratação.

6.3. Rotinas a serem cumpridas

6.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

6.3.1.1. Disponibilização, instalação, montagem, configuração, integração e testes iniciais da solução de áudio e vídeo nos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

6.3.1.2. Manutenção da solução instalada e montada nas dependências do CRM-MG durante toda a vigência contratual, assegurando sua disponibilidade e pleno funcionamento;

6.3.1.3. Realização periódica de manutenção preventiva e execução de manutenção corretiva sempre que identificadas falhas, defeitos ou indisponibilidades;

6.3.1.4. Verificação prévia da solução antes da realização de cada plenária ou atividade, com conferência, testes e ajustes necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos e componentes;

6.3.1.5. Prestação de apoio operacional presencial, quando demandado pela Contratante, observada a antecedência mínima definida neste Termo de Referência e a programação das atividades institucionais;

6.3.1.6. Adoção imediata das providências técnicas e operacionais necessárias à correção de falhas ou intercorrências que possam comprometer a continuidade da operação da solução;

6.3.1.7. Realização dos procedimentos de encerramento operacional da solução ao término das atividades, conforme orientações da Contratante;

6.3.1.8. Fornecimento e manutenção de todos os cabeamentos, conectores, adaptadores, acessórios e demais recursos necessários à plena operação da solução;

6.3.1.9. Registro e acompanhamento das ocorrências relacionadas à execução contratual, sempre que cabível, para fins de controle e fiscalização.

6.4. Materiais a serem disponibilizados

6.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução do objeto, promovendo sua substituição quando necessário.

6.4.1.1. Equipamentos, componentes, acessórios e demais recursos que integram a solução de áudio e vídeo contratada, em conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência;

6.4.1.2. Cabeamentos, conectores, adaptadores, suportes, fontes de alimentação, fixadores e demais materiais necessários à instalação, integração, operação e manutenção da solução;

6.4.1.3. Ferramentas, instrumentos, equipamentos de apoio e utensílios necessários à montagem, configuração, testes, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional da solução.

6.5. Formas de transferência de conhecimento

6.5.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.6.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.6.1.1. Planejamento e agendamento, entre Contratante e Contratado, das atividades necessárias ao encerramento da execução contratual;

6.6.1.2. Desinstalação, retirada e remoção dos equipamentos, componentes, acessórios, cabeamentos e demais recursos que integram a solução locada, observadas as orientações da Contratante e as condições de preservação dos ambientes;

6.6.1.3. Verificação final das condições dos ambientes e encerramento operacional da solução, com adoção das providências necessárias à conclusão regular do contrato.

6.7. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.7.1. Cada Ordem de Serviço (OS) conterá o volume de serviços demandados para a implantação inicial da solução, incluindo a sua localização e o prazo correspondente.

6.7.2. Para os serviços de apoio operacional presencial vinculados às plenárias, a execução observará a programação previamente informada pela Contratante, com base no calendário institucional das atividades, sem prejuízo de alterações supervenientes, observada a antecedência mínima prevista neste Termo de Referência para acionamento do Contratado.

6.8. Mecanismos formais de comunicação

- 6.8.1. Ordem de Serviço;
- 6.8.2. Ata de Reunião;
- 6.8.3. Ofício;
- 6.8.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.8.5. E-mails e Cartas;
- 6.8.6. Aplicativo de mensagens instantâneas;

6.9. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.9.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.9.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I e II.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Preposto

7.5.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.5.2. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período contratual, devendo, contudo, assegurar sua disponibilidade para contato e atendimento sempre que demandado pela Contratante.

7.5.3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

7.6. Reunião Inicial

7.6.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.6.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN

SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.6.3.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.6.3.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.6.3.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.6.3.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.6.3.5. Alinhamento quanto às rotinas de instalação, manutenção, apoio operacional presencial, comunicação entre as partes, registro de ocorrências e demais procedimentos necessários à execução do objeto.

7.7. Rotinas de Fiscalização

7.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.8. Fiscalização Técnica

7.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.8.7. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.8.7.1. verificar a adequada disponibilização da solução de áudio e vídeo, bem como o estado de funcionamento dos equipamentos, componentes e serviços contratados;

7.8.7.2. acompanhar a realização das atividades de instalação, configuração, integração, testes, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial, quando demandado;

7.8.7.3. verificar o cumprimento das condições técnicas, operacionais e contratuais estabelecidas neste Termo de Referência, inclusive quanto à qualidade da solução, à compatibilidade dos equipamentos e à regularidade dos atendimentos prestados.

7.8.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.9. **Fiscalização Administrativa**

7.9.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.10. **Gestor do Contrato**

7.10.1. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.10.1.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.10.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.10.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10.1.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.10.1.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10.1.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.10.1.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.10.1.8. receber e dar encaminhamento imediato:

a) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

b) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção, para aferição da qualidade da prestação dos serviços e da regularidade da execução contratual.

IAPLEN - ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS PLENÁRIAS	
Tópico	Descrição

Finalidade	Medir a efetiva disponibilização da solução de áudio e vídeo em condições adequadas de funcionamento para as plenárias e demais atividades programadas pela Contratante.
Meta a cumprir	IAPLEN igual a 100%.
Instrumento de medição	Deve ser aferido pela fiscalização do contrato, com base nos registros de acompanhamento da execução, verificação da realização dos testes prévios, constatação do funcionamento da solução e eventual registro de falhas ou intercorrências durante os eventos.
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato, mediante avaliação da quantidade de plenárias e demais atividades programadas que foram atendidas com a solução em condições adequadas de funcionamento, em relação ao total de eventos previstos no período de referência.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IAPLEN = 100 \times (\Sigma Eaa / \Sigma Epr)$ <p>Onde: IAPLEN = Índice de Atendimento às Plenárias; ΣEaa = Somatório dos eventos atendidos adequadamente no período de referência; ΣEpr = Somatório dos eventos programados no período de referência.</p>
Observações	<p>Obs. 1: Considera-se evento atendido adequadamente aquele em que a solução tenha sido disponibilizada em condições regulares de funcionamento, com realização dos testes prévios e sem falhas que comprometam a operação pretendida.</p> <p>Obs. 2: Na hipótese de falha ou intercorrência que comprometa total ou parcialmente a utilização da solução durante o evento, caberá à fiscalização avaliar o impacto da ocorrência para fins de cômputo do indicador.</p> <p>Obs. 3: Eventuais cancelamentos ou alterações de programação promovidos pela Contratante não serão computados em desfavor do Contratado.</p>
Início de Vigência	A partir da entrada em operação da solução.
Faixas de ajuste no pagamento e sanções	<p>IAPLEN = 100%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAPLEN \geq 90% e $<$ 100%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAPLEN \geq 80% e $<$ 90%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAPLEN $<$ 80%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p>

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não disponibilizou a solução de áudio e vídeo em condições adequadas de funcionamento para as plenárias e demais atividades programadas;

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades de instalação, configuração, integração, testes, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial previstas neste Termo de Referência; ou

8.2.3. deixou de adotar as providências necessárias à correção de falhas, defeitos, indisponibilidades ou inadequações verificadas na execução contratual.

8.3. A utilização do indicador de aferição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços, nem afasta a possibilidade de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará, especialmente, os seguintes critérios:

8.4.1. a disponibilização da solução em plenas condições de funcionamento para as plenárias e demais atividades programadas pela Contratante;

8.4.2. a realização dos testes prévios, ajustes, verificações e procedimentos operacionais necessários à adequada preparação da solução; e

8.4.3. a regular execução dos serviços de manutenção, apoio operacional presencial e demais obrigações contratuais previstas neste Termo de Referência.

8.5. **Recebimento**

8.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.5.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado, com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

8.5.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.5.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.5.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.5.6. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

8.5.7. Ao final de cada período de faturamento:

8.5.7.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e da qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.5.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.5.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.5.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.5.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes necessários ao adequado funcionamento da solução e à entrega dos documentos, manuais e instruções exigíveis.

8.5.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação

das penalidades.

8.5.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.5.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

8.5.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.5.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.5.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

8.5.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.5.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.5.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.6. Procedimentos de Teste e Inspeção

8.6.1. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.6.1.1. Verificação da instalação, montagem, configuração, integração e disponibilização da solução de áudio e vídeo, bem como da compatibilidade entre os equipamentos, componentes e recursos que a integram;

8.6.1.2. Realização de testes de funcionamento dos equipamentos e componentes da solução, abrangendo, no que couber, captação e reprodução de áudio, exibição de vídeo, operação dos microfones, da mesa controladora de som, do videowall, do monitor de retorno e dos demais itens contratados;

8.6.1.3. Inspeção quanto à adequação da solução às condições estabelecidas neste Termo de Referência, inclusive em relação à qualidade da execução, à regularidade dos atendimentos, à correção de falhas eventualmente identificadas e à plena condição de funcionamento da solução.

8.7. Liquidação

8.7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.7.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.7.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.7.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.7.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.7.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.7.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.8. **Prazo de pagamento**

8.8.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.8.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de correção monetária.

8.9. **Forma de pagamento**

8.9.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.9.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.10. Antecipação de pagamento

8.10.1. Não será permitida a antecipação de pagamento, tendo em vista a natureza do objeto contratado e a adoção de pagamento vinculado à efetiva execução dos serviços, nos termos deste Termo de Referência.

8.11. Reajuste

8.11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/04/2026.

8.11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, mantido pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.12. Cessão de Crédito

8.12.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.12.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.12.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.12.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.12.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.12.6. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

ID	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos solicitados pela Contratante, referentes à execução dos serviços, no prazo estabelecido, salvo quando se tratar de questão de maior complexidade técnica devidamente justificada.	Advertência. Em caso de reincidência, multa de 0,5% sobre o valor mensal do contrato por ocorrência.
2	Não atender ao indicador de aferição da execução contratual relativo à disponibilização da solução para as plenárias e demais atividades programadas	Aplicação das glosas previstas no respectivo indicador, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
3	Não realizar, antes das plenárias ou atividades demandadas, os testes, conferências e ajustes prévios necessários ao pleno funcionamento da solução.	Advertência. Em caso de reincidência, multa de 1% sobre o valor mensal do contrato por ocorrência.
4	Não comparecer para prestação do apoio operacional presencial quando previamente acionado pela Contratante, observado o prazo estabelecido neste Termo de Referência.	Multa de 2% sobre o valor mensal do contrato por ocorrência, sem prejuízo de glosa proporcional, quando cabível.
5	Não corrigir falhas, defeitos, inadequações ou indisponibilidades da solução dentro das condições e prazos previstos neste Termo de Referência.	Advertência. Em caso de reincidência ou de prejuízo à execução contratual, multa de 2% sobre o valor mensal do contrato por ocorrência.
6	Substituir equipamentos, componentes ou acessórios por itens com características inferiores às exigidas neste Termo de Referência.	Glosa proporcional ao impacto da irregularidade, sem prejuízo de multa de 2% sobre o valor mensal do contrato e determinação de imediata regularização.
7	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, multa de 1% sobre o valor mensal do contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados esperados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para o fornecimento da solução, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para a infração descrita no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

9.4.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo sancionatório que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.11. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.12. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das

comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.13.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.16.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

10.3. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

10.4. Exigências de habilitação

10.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

10.4.2. Habilitação jurídica

10.4.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.4.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4.2.4. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial

da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.4.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.4.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.2.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.2.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5. **Qualificação Econômico-Financeira**

10.5.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.5.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.5.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.5.4. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses.

10.5.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.5.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

10.5.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste Termo de Referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.5.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.6. **Qualificação Técnica**

10.6.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.6.2. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo representante do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.7. **Qualificação Técnico**

10.7.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.7.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.7.2.1. prestação de serviços de locação e/ou disponibilização de solução de áudio e vídeo, com fornecimento de equipamentos e execução de atividades de instalação, configuração, integração, testes, manutenção e/ou apoio operacional;

10.7.2.2. execução de serviços compatíveis com ambientes institucionais, corporativos, auditórios, plenários, salas de reunião, eventos ou espaços equivalentes, que demonstrem aptidão para atendimento de solução semelhante à pretendida.

10.7.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de capacidade técnica, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante ou em períodos distintos.

10.7.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.7.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.7.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.7.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.7.8. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.8. Disposições gerais sobre habilitação

10.8.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.8.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.8.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.8.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

5.2.2.1.1.33.90.39.007 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.3. Cronograma Físico-Financeiro

12.3.1. A contratação é de serviços continuados, com faturamento mensal, de acordo com os serviços efetivamente prestados, observadas as regras estabelecidas neste Termo de Referência.

13. RESPONSÁVEIS

Alessandro de Freitas Bartels
Integrante Demandante

Virgínia Pellegrinelli Ribeiro
Integrante Demandante

Luís Otávio Andrade de Moraes
Integrante Técnico

14. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Autoridade Máxima da Área de TIC
<p><i>Robertson Correia Bernardo</i> <i>Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação</i></p>

15. ANEXO I - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o , sediado em , CNPJ nº , doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ nº , doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO** N.º , doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as

seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

2.2. INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

2.3. INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

2.4. CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4. DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III - sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I - A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I - Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III - Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6. VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetar os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV - Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9. FORO

9.1. A CONTRATANTE elege o foro da , onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com

renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10. ASSINATURAS

10.1. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

16. ANEXO II - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 - IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº:	
OBJETO:	
CONTRATADA:	
CNPJ:	
PREPOSTO:	
GESTOR DO CONTRATO:	

2 - CIÊNCIA

2.1 Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura

Local, dia de mês de ano

17. ANEXO III - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Provisório trata-se de termo detalhado que declarará que os serviços foram prestados e atendem às exigências de caráter técnico, sem prejuízo de posterior verificação de sua conformidade com as exigências contratuais, baseada nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.

Referência: Inciso XXI, art. 2º, e alínea “i”, inciso II, art. 33 da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 - IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº:	
CONTRATADA:	
CNPJ:	
Nº DA OS:	
DATA DA EMISSÃO:	

2 - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC			
Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	Descrição igual ao da OS de abertura		
TOTAL DE ITENS:			

3 - RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO que os serviços correspondentes à acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram executados e atende(m)/atende(m) parcialmente/não atende(m) às respectivas exigências de caráter técnico discriminadas abaixo. Não obstante, estarão sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo desses serviços ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	exigências técnicas definidas no TR		

4 - ASSINATURA

FISCAL TÉCNICO	FISCAL ADMINISTRATIVO	PREPOSTO
Nome do Fiscal Técnico do Contrato	Nome do Fiscal Administrativo do Contrato	Nome do Preposto do Contrato
Local, dia de mês de ano.		

18. ANEXO IV - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem às exigências contratuais, de acordo com os requisitos e critérios de aceitação estabelecidos.

Referência: Inciso XXII, Art. 2º e alínea “h” inciso I do art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 - IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	
CONTRATADA	CNPJ
Nº DA OS/OFB	
DATA DA EMISSÃO	

2 - ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S)/SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	descrição igual à da OS/OFB de abertura			
TOTAL DE ITENS				

3 - ATESTE DE RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO /ATESTAMOS que o(s) serviço(s)/ bem(s) correspondentes à OS/OFB acima identificada foram prestados/entregues pela e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios CONTRATADA de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.

ITEM	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	exigência contratual estabelecida no TR		

4 - DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, não há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

Não foram / Foram identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo).

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à OS/OFB acima identificada monta em R\$ valor (valor por extenso)

Referência: Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy.

5 - ASSINATURA

GESTOR DO CONTRATO

Nome do Gestor do Contrato

Matrícula: xxxxxxxx

Local, dia de mês de ano.

Modelo AGU:

[Modelos da Lei nº 14.133/21 para pregão e concorrência](#)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: maio/2023

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico

Aprovado pela Secretaria de Gestão.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro de Freitas Bartels, Gerente do Departamento de Tecnologia da Informação do CRM-MG**, em 17/04/2026, às 14:31, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luís Otávio Andrade de Moraes, Técnico de Multimídia**, em 17/04/2026, às 14:34, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Virgínia Pellegrinelli Ribeiro, Agente Administrativa**, em 17/04/2026, às 14:44, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robertson Correia Bernardo, Diretor do Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação do CRM-MG**, em 17/04/2026, às 16:48, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4033847** e o código CRC **FE477424**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -
<https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.13.000001264-5 | data de inclusão: 07/04/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

I - INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento - Responsáveis

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
Alessandro de Freitas Bartels	Integrante Demandante	691	alessandro.bartels@crmmg.org.br
Luis Otavio Andrade de Moraes	Integrante Técnico	22	luis.morais@crmmg.org.br
Virginia Pellegrinelli Ribeiro	Integrante Administrativo	595	virginia.ribeiro@crmmg.org.br

II - NECESSIDADE - DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A atual solução de áudio e vídeo dos Plenários 2 e 3 do CRM-MG foi implementada no período pós-pandemia, em contexto de retomada e consolidação das atividades institucionais com suporte a recursos virtuais e híbridos, especialmente para viabilizar a realização das atividades judicantes nesses ambientes. Para atendimento dessa necessidade, adotou-se a locação de equipamentos, solução que permaneceu em utilização até o presente momento.

Com o decurso do tempo, observou-se a evolução das tecnologias disponíveis e das demandas operacionais associadas ao uso dos plenários, de modo que a infraestrutura atualmente utilizada já não constitui, necessariamente, a alternativa mais adequada sob a ótica de modernização dos ambientes.

Entretanto, o contrato vigente se encerra em 07/06/2026 e, diante do prazo remanescente, não se mostra viável concluir, com a antecedência e segurança necessárias, todas as etapas de planejamento, contratação, implantação e entrada em operação de uma solução modernizada antes do término da vigência contratual.

Dessa forma, o problema a ser enfrentado consiste em assegurar a continuidade das condições técnicas necessárias ao funcionamento dos Plenários 2 e 3, em apoio às atividades judicantes do CRM-MG, sem prejuízo da futura estruturação de projeto específico voltado à modernização da infraestrutura audiovisual desses ambientes.

3. Área Requisitante

Departamento de Tecnologia da Informação

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

4.1. Requisitos gerais

A potencial contratação deverá contemplar solução de áudio e vídeo destinada aos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, apta a atender às necessidades institucionais relacionadas às atividades judicantes desenvolvidas nesses ambientes.

A solução deverá ser disponibilizada em condições adequadas de funcionamento, de modo a assegurar a continuidade das atividades realizadas nos plenários durante toda a vigência contratual, em caráter de transição até eventual implementação de solução modernizada.

4.2. Requisitos funcionais da solução

A solução deverá prover recursos compatíveis com a operação audiovisual necessária ao adequado desenvolvimento das atividades judicantes nos Plenários 2 e 3, contemplando, conforme a necessidade da Administração, captação, processamento, reprodução e exibição de áudio e vídeo.

Deverá, ainda, possibilitar funcionamento compatível com a dinâmica operacional dos ambientes, inclusive quanto à realização de atividades em formato híbrido, quando aplicável.

4.3. Requisitos de disponibilização e implantação

A contratação deverá abranger todos os serviços necessários à plena disponibilização da solução, incluindo, quando cabível, fornecimento dos equipamentos, instalação, configuração, integração entre os componentes, testes e demais ajustes necessários à entrada em operação.

A solução deverá ser compatível com a infraestrutura física e tecnológica existente nos Plenários 2 e 3, ou contemplar as adequações estritamente necessárias ao seu pleno funcionamento, evitando intervenções complexas que possam comprometer a tempestiva disponibilização do objeto.

4.4. Requisitos de suporte técnico, manutenção e operação assistida

A contratação deverá prever suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva durante a vigência contratual, de forma a garantir a continuidade operacional da solução.

Em caso de falhas, defeitos ou indisponibilidades, deverá ser assegurado atendimento em prazo compatível com a criticidade da solução, incluindo reparo, substituição de equipamentos ou adoção de medidas necessárias ao restabelecimento das condições normais de funcionamento.

Além disso, a contratação deverá contemplar apoio operacional presencial nos dias de realização das plenárias, compreendendo, no mínimo, a preparação dos ambientes, o acionamento e a configuração prévia dos equipamentos, a disponibilização da solução em condições adequadas de uso para o início das atividades e o desligamento/encerramento operacional ao término das sessões.

4.5. Requisitos de desempenho e confiabilidade

A solução deverá apresentar desempenho, estabilidade e confiabilidade compatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas nos Plenários 2 e 3, assegurando qualidade adequada de áudio e vídeo e reduzindo riscos de interrupções que possam comprometer os trabalhos institucionais.

4.6. Requisitos de gestão contratual

A futura contratação deverá prever condições que permitam o acompanhamento da execução contratual pela Administração, com definição clara das responsabilidades da contratada quanto à disponibilização da solução, ao suporte técnico e à manutenção dos recursos necessários ao seu funcionamento.

III - PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

5. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Para atendimento da necessidade de suporte às atividades judicantes desenvolvidas nos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, observa-se que o mercado oferece, em linhas gerais, diferentes modelos de atendimento para soluções de áudio e vídeo, os quais podem ser agrupados nas seguintes alternativas:

a) Locação de solução de áudio e vídeo, com fornecimento dos equipamentos e prestação dos serviços associados

Nesse modelo, a empresa contratada disponibiliza os equipamentos necessários ao funcionamento da solução, bem como os serviços correlatos, tais como instalação, configuração, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e eventual substituição de componentes defeituosos durante a vigência contratual.

Trata-se de alternativa que tende a favorecer maior agilidade na disponibilização da estrutura e maior continuidade operacional, uma vez que concentra na contratada a responsabilidade pela manutenção e sustentação da solução. Além disso, reduz a complexidade de implantação e a necessidade de mobilização interna imediata para aquisição, instalação e suporte dos equipamentos. Por outro lado, esse modelo não resulta na incorporação dos bens ao patrimônio da Administração.

b) Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo, com contratação dos serviços necessários à implantação e ao suporte

Nesse modelo, a Administração promove a aquisição dos equipamentos necessários à composição da solução, podendo contratar, de forma conjunta ou separada, os serviços de instalação, configuração, suporte e manutenção.

Essa alternativa pode proporcionar incorporação patrimonial dos bens e maior autonomia sobre os ativos. Entretanto, tende a demandar maior prazo para planejamento, definição técnica, contratação, implantação e entrada em operação, além de maior esforço administrativo para gestão da garantia, manutenção e sustentação da solução ao longo do tempo.

c) Aquisição de solução com modernização tecnológica da infraestrutura audiovisual

Essa alternativa consiste na adoção de solução tecnologicamente mais atualizada, com possível reconfiguração da infraestrutura dos plenários e ampliação de funcionalidades em relação ao modelo atualmente utilizado.

Embora essa possibilidade possa representar ganhos qualitativos e atualização tecnológica dos ambientes, sua implementação tende a exigir maior maturação do planejamento, maior detalhamento técnico, possível necessidade de adequações complementares de infraestrutura e prazo mais amplo para contratação e implantação.

Diante desse cenário, verifica-se que o mercado dispõe de alternativas aptas a atender a demanda administrativa. Contudo, considerando a necessidade imediata de assegurar a continuidade das atividades judicantes nos Plenários 2 e 3 após o encerramento do contrato vigente, a alternativa de locação apresenta, em tese, maior aderência ao contexto atual, sem prejuízo da futura estruturação de projeto específico voltado à modernização da infraestrutura audiovisual desses ambientes.

6. Comparativo das soluções

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade da infraestrutura de áudio e vídeo dos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, em apoio às atividades judicantes desenvolvidas nesses ambientes, foram analisadas três alternativas para atendimento da demanda:

- (i) locação de solução de áudio e vídeo;
- (ii) aquisição de equipamentos equivalentes à configuração atualmente utilizada; e
- (iii) aquisição de solução com melhoria tecnológica da infraestrutura audiovisual.

Para fins de comparação econômica, adotou-se o horizonte de 12 (doze) meses, por refletir o período de transição necessário à continuidade da operação após o encerramento do contrato vigente, sem prejuízo da futura estruturação de projeto específico de modernização.

a) Locação da solução atual

A alternativa de locação corresponde à continuidade do modelo atualmente adotado pelo CRM-MG, no qual a contratada disponibiliza a infraestrutura de áudio e vídeo necessária ao funcionamento dos Plenários 2 e 3, abrangendo os equipamentos e o suporte associado à operação.

Sob a perspectiva econômica, o valor de referência corresponde ao montante atualmente praticado no contrato vigente, qual seja, R\$ 9.271,68 por mês, totalizando R\$ 111.260,16 em 12 meses.

Descrição	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
Locação da solução de áudio e vídeo para os Plenários 2 e 3	9.271,68	111.260,16
TCO em 12 meses		111.260,16

Os principais pontos positivos dessa alternativa são a maior aderência ao prazo disponível, a menor complexidade de implantação, a redução do risco de descontinuidade das atividades judicantes, a concentração das responsabilidades na contratada e a manutenção do apoio operacional já praticado no modelo atual.

Como pontos negativos, destaca-se a ausência de incorporação patrimonial dos bens e a manutenção de arquitetura tecnológica que, embora funcional, não representa a evolução desejável para os ambientes.

b) Aquisição de equipamentos equivalentes à solução atual

Essa alternativa consiste na aquisição, pelo CRM-MG, de equipamentos equivalentes à configuração atualmente utilizada nos Plenários 2 e 3, com base na composição referencial levantada para os dois ambientes.

O levantamento referencial indicou a seguinte composição estimada:

Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Monitor videowall 55"	8	7.718,00	61.744,00
Suporte videowall 2x2 de 55"	2	1.900,00	3.800,00
Monitor de retorno 49"	2	5.967,00	11.934,00

Microfone gooseneck XLR	18	575,29	9.779,93
Mesa de som 12 canais	2	2.085,00	4.170,00
Splitter HDMI 1x4	2	44,97	89,94
Cabo XLR 15 m	17	130,56	2.219,52
Cabo HDMI 15 m	10	78,21	782,10
Total da aquisição equivalente			94.519,49

Além da aquisição dos equipamentos, essa alternativa exigiria que a Administração assumisse a operação dos ambientes nos dias de plenária. Considerando a rotina informada de utilização dos plenários, correspondente a 60 horas mensais, e a premissa adotada de 1 profissional, com base na hora extra média ponderada dos servidores indicados, apurou-se o seguinte custo operacional:

Descrição	Quantidade de horas	Valor hora extra média (R\$)	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
Operação dos plenários nos dias de uso	60 h/mês	98,16	5.889,60	70.675,20

Assim, o TCO em 12 meses para essa alternativa corresponde a R\$ 165.194,69, resultante da soma de R\$ 94.519,49 de aquisição inicial e R\$ 70.675,20 de operação anual.

Descrição	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
Aquisição equivalente à solução atual	-	94.519,49
Operação dos ambientes	5.889,60	70.675,20
TCO em 12 meses		165.194,69

Os principais pontos positivos dessa alternativa são a incorporação patrimonial dos equipamentos e o investimento inicial inferior ao da solução modernizada.

Como pontos negativos, essa alternativa exige maior participação da Administração na sustentação cotidiana dos ambientes, inclusive com custo adicional de operação, além de demandar aquisição, recebimento e preparação dos recursos para uso. No contexto concreto do CRM-MG, essas características reduzem sua atratividade diante da necessidade imediata de continuidade.

c) Aquisição de solução com melhoria tecnológica

Essa alternativa consiste na adoção de solução tecnologicamente mais avançada para os Plenários 2 e 3, conforme proposta comercial analisada, contemplando

atualização mais ampla da infraestrutura audiovisual dos ambientes.

Sob a perspectiva econômica, a proposta indica valor de R\$ 438.245,38 por plenário, totalizando R\$ 876.490,76 para os dois plenários. A proposta contempla equipamentos, instalação profissional, suporte técnico por 60 meses e garantia estendida por 5 anos. Além disso, por se tratar de solução mais moderna, com recursos de automação operacional, não se mostra necessário agregar, para fins deste comparativo, custo adicional de operação mensal nos mesmos moldes considerados para a solução equivalente à atualmente utilizada. Assim, o TCO em 12 meses para essa alternativa corresponde a R\$ 876.490,76.

Descrição	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
Aquisição da solução modernizada para os Plenários 2 e 3	-	876.490,76
TCO em 12 meses		876.490,76

O principal ponto positivo dessa alternativa é o atendimento mais aderente à evolução tecnológica desejada para os plenários, com solução mais moderna, estruturada e dotada de recursos de automação que reduzem a necessidade de operação manual recorrente dos ambientes.

Como pontos negativos, destacam-se o investimento significativamente mais elevado, a maior complexidade de planejamento e implantação e a inadequação ao prazo remanescente até o término do contrato vigente, o que a torna mais compatível com projeto específico a ser estruturado oportunamente.

Síntese comparativa

O comparativo consolidado das alternativas, no horizonte de 12 meses, pode ser assim sintetizado:

Cenário	Equipamentos / Contratação (R\$)	Operação anual (R\$)	TCO em 12 meses (R\$)
Locação da solução atual	111.260,16	Já contemplada	111.260,16
Aquisição equivalente à solução atual	94.519,49	70.675,20	165.194,69
Aquisição com melhoria tecnológica	876.490,76	Não aplicável	876.490,76

Diante desse comparativo, verifica-se que, embora a modernização da infraestrutura audiovisual dos Plenários 2 e 3 seja desejável e deva ser tratada de forma estruturada em projeto próprio, a locação da solução por 12 meses se apresenta, no contexto atual, como a alternativa mais adequada para assegurar

a continuidade das atividades judicantes. Isso se justifica não apenas pela exequibilidade da solução no prazo disponível, mas também pelo menor risco operacional e pela melhor aderência ao caráter transitório da necessidade administrativa, até que a modernização dos ambientes possa ser devidamente planejada e implantada.

7. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade da infraestrutura de áudio e vídeo dos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, em apoio às atividades judicantes desenvolvidas nesses ambientes, conclui-se que, no contexto atual, a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para disponibilização de solução de áudio e vídeo por meio de locação de equipamentos, acompanhada dos serviços necessários à sua plena operacionalização.

A solução deverá abranger o fornecimento dos equipamentos, componentes, acessórios e demais recursos indispensáveis ao funcionamento dos ambientes, bem como os serviços de instalação, configuração, testes, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e demais providências necessárias à continuidade operacional da infraestrutura audiovisual durante a vigência contratual.

Deverá, ainda, contemplar suporte técnico on-site e apoio operacional presencial nos dias de realização das plenárias, compreendendo, no mínimo, a preparação dos ambientes, o acionamento e a configuração prévia dos equipamentos, a disponibilização da solução em condições adequadas de uso para o início das atividades judicantes e o desligamento dos sistemas ao término dos trabalhos.

A adoção dessa alternativa revela-se mais compatível com a necessidade administrativa imediata, especialmente em razão do encerramento do contrato vigente e da inviabilidade de se concluir, em tempo hábil, todas as etapas necessárias ao planejamento, contratação, implantação e entrada em operação de solução modernizada antes do término da atual contratação.

Desse modo, a solução proposta visa assegurar a continuidade das condições técnicas necessárias ao regular desenvolvimento das atividades judicantes nos Plenários 2 e 3, sem prejuízo da futura estruturação de projeto específico voltado à modernização da infraestrutura audiovisual desses ambientes.

8. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A estimativa das quantidades foi definida com base na necessidade de manutenção da infraestrutura de áudio e vídeo atualmente utilizada nos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, considerando o caráter transitório da contratação e a finalidade de assegurar a continuidade das atividades judicantes desenvolvidas nesses ambientes.

Para o Plenário 2, estima-se a seguinte composição:

- 01 painel de videowall;
- 01 conjunto de estrutura para instalação/suporte/fixação;
- 01 splitter de vídeo;
- 01 monitor de retorno;
- 10 microfones de mesa tipo gooseneck;
- 01 mesa controladora de som;
- cabeamentos de áudio e vídeo;
- serviços de suporte técnico on-site e apoio operacional necessários à preparação, acionamento, configuração e desligamento dos equipamentos nos dias de plenária.

Para o Plenário 3, estima-se a seguinte composição:

- 01 painel de videowall;
- 01 conjunto de estrutura para instalação/suporte/fixação;
- 01 splitter de vídeo;
- 01 monitor de retorno;
- 08 microfones de mesa tipo gooseneck;
- 01 mesa controladora de som;
- cabeamentos de áudio e vídeo;
- serviços de suporte técnico on-site e apoio operacional necessários à preparação, acionamento, configuração e desligamento dos equipamentos nos dias de plenária.

Desse modo, a contratação deverá contemplar o atendimento de 02 ambientes distintos, correspondentes ao Plenário 2 e ao Plenário 3, em quantitativos compatíveis com a configuração atualmente utilizada, adotada como referência para garantir a continuidade operacional da infraestrutura audiovisual durante a vigência contratual.

9. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Para fins de análise preliminar da viabilidade econômico-financeira da solução proposta, estima-se o valor da contratação em R\$ 111.260,16 (cento e onze mil, duzentos e sessenta reais e dezesseis centavos).

A estimativa foi elaborada com base no valor anual atualmente praticado no contrato vigente para a locação da solução de áudio e vídeo dos Plenários 2 e 3, correspondente a R\$ 9.271,68 mensais, totalizando R\$ 111.260,16 ao ano.

O valor estimado compreende a disponibilização da infraestrutura necessária ao funcionamento dos ambientes, abrangendo os equipamentos, componentes, acessórios e os serviços associados à plena operacionalização da solução, nos termos da alternativa considerada mais adequada no presente estudo.

Ressalta-se que a presente estimativa possui caráter preliminar e referencial, destinada a subsidiar a análise de viabilidade da contratação no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, devendo ser posteriormente confirmada e refinada mediante a competente pesquisa de preços e demais documentos instrutórios da futura contratação.

10. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento da solução pretendida, uma vez que a infraestrutura de áudio e vídeo destinada aos Plenários 2 e 3 do CRM-MG é composta por equipamentos, componentes e serviços que operam de forma integrada e interdependente.

A eventual divisão do objeto em parcelas distintas, com fornecimento por diferentes contratadas, poderá comprometer a compatibilidade entre os componentes da solução, dificultar a integração dos recursos, ampliar os riscos de falhas operacionais e gerar indefinições quanto à responsabilidade pela instalação, configuração, suporte técnico, apoio operacional e manutenção da infraestrutura.

Além disso, o não parcelamento favorece a centralização da responsabilidade contratual em uma única empresa, o que tende a proporcionar maior eficiência na implantação, maior agilidade na solução de problemas e melhor acompanhamento da execução contratual pela Administração.

Dessa forma, entende-se que a contratação em lote único, contemplando o conjunto da solução necessária ao atendimento dos Plenários 2 e 3, mostra-se mais adequada sob os aspectos técnicos, operacionais e de gestão contratual.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se identificam contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à viabilização da solução objeto deste estudo.

12. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Compras (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual do CRM-MG, em conformidade com o planejamento institucional das aquisições e contratações.

IV - SOLUÇÃO ESCOLHIDA

13. Resultados pretendidos (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Com a presente contratação, pretende-se assegurar a continuidade da infraestrutura de áudio e vídeo dos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, de forma a evitar interrupções nas atividades judicantes desenvolvidas nesses ambientes.

Busca-se, ainda, obter maior eficiência na sustentação da solução, com disponibilização de suporte técnico, manutenção e apoio operacional pela contratada, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos recursos audiovisuais e os impactos operacionais decorrentes de falhas.

Pretende-se também proporcionar melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais da Administração, mediante a concentração, em uma única contratação, dos serviços necessários à disponibilização, suporte, manutenção e operacionalização da solução, favorecendo a gestão contratual e a continuidade operacional dos ambientes.

Por fim, espera-se manter condições técnicas adequadas ao regular desenvolvimento das atividades judicantes do CRM-MG, assegurando a continuidade do funcionamento dos plenários durante a vigência contratual, sem prejuízo da futura estruturação de solução modernizada para esses ambientes.

14. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar as medidas necessárias para assegurar a transição entre a solução atualmente utilizada e a futura contratação, de modo a evitar descontinuidade da infraestrutura de áudio e vídeo dos Plenários 2 e 3.

Também deverão ser realizadas as verificações internas quanto às condições dos ambientes e à compatibilidade da infraestrutura existente com a solução a ser contratada, a fim de que eventuais ajustes necessários sejam identificados e providenciados em tempo hábil.

Além disso, caberá à Administração promover os atos preparatórios necessários à regular execução contratual, inclusive quanto à definição dos responsáveis pelo acompanhamento da implantação, da disponibilização da solução e do início da operação contratual, de forma a reduzir riscos de prejuízo ao funcionamento dos plenários.

15. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação pretendida poderá gerar impactos ambientais relacionados, principalmente, ao consumo de energia elétrica pelos equipamentos que compõem a solução de áudio e vídeo, bem como à eventual substituição de componentes e à geração de resíduos eletroeletrônicos ao longo da execução contratual.

Diante disso, recomenda-se que a futura contratação observe, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto, incluindo a utilização de equipamentos com padrões de eficiência energética, a adoção de boas práticas de manutenção para ampliação da vida útil dos componentes e a redução de substituições desnecessárias.

Além disso, a contratada deverá observar a legislação e as normas pertinentes quanto ao descarte, à logística reversa e à destinação ambientalmente adequada de equipamentos, componentes e materiais eletroeletrônicos eventualmente substituídos, danificados ou tornados inservíveis, em conformidade com a legislação aplicável.

V - VIABILIDADE

16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação de solução de áudio e vídeo para os Plenários 2 e 3 do CRM-MG, por meio de locação de equipamentos, acompanhada dos serviços necessários à sua plena operacionalização.

A solução mostra-se adequada para assegurar a continuidade das atividades judicantes desenvolvidas nesses ambientes, especialmente diante do encerramento do contrato vigente e da necessidade de evitar descontinuidade da infraestrutura atualmente utilizada.

Conclui-se, ainda, que a alternativa de locação se apresenta, no contexto atual, como a opção mais compatível com a necessidade administrativa imediata, em razão de sua maior aderência ao prazo disponível, menor complexidade de implantação e menor risco operacional, sem prejuízo da futura estruturação de projeto específico voltado à modernização da infraestrutura audiovisual dos Plenários 2 e 3.

Desse modo, entende-se que a presente contratação é tecnicamente viável e administrativamente conveniente, recomendando-se o prosseguimento da instrução processual com vistas à formalização da futura contratação.

Belo Horizonte, 07 de abril de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro de Freitas Bartels**, **Gerente do Departamento de Tecnologia da Informação do CRM-MG**, em 17/04/2026, às 14:22, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luís Otávio Andrade de Moraes, Técnico de Multimídia**, em 17/04/2026, às 14:34, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Virgínia Pellegrinelli Ribeiro, Agente Administrativa**, em 17/04/2026, às 14:41, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4033496** e o código CRC **5951A225**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -
<https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.13.000001264-5 | data de inclusão: 07/04/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINUTA DE CONTRATO

Belo Horizonte, 20 de abril de 2026

ANEXO II - TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo SEI Nº. 26.13.000001264-5)

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA E A EMPRESA

O **Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais**, com sede na Rua dos Timbiras, Nº 1200, Bairro Boa Viagem, na cidade de Belo Horizonte - MG, CEP 30.140.064, inscrito no CNPJ sob o nº 22.256.879/0001-70, neste ato representado por seu Presidente, **Cons. Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira**, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por _____, conforme atos constitutivos OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo SEI Nº. 26.13.000001264-5** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 05/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para locação de solução de áudio e vídeo destinada aos Plenários 2 e 3 do CRM-MG, contemplando fornecimento dos equipamentos, instalação, configuração, testes, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial nos dias de realização das plenárias, a fim de atender as necessidades do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais - CRM-MG, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Métrica	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
-------	------	---------------	--------	---------	------------	----------------	-------------

1	Locação de solução de áudio e vídeo para o Plenário 2 , contemplando 1 painel de videowall (4 telas, arranjo 2x2), 1 estrutura de instalação/suporte/fixação, 1 splitter de vídeo, 1 monitor de retorno, 10 microfones de mesa tipo gooseneck, 1 mesa controladora de som, cabeamentos, conectores, adaptadores, acessórios, instalação, configuração, integração, testes, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência	12556	mês	12	R\$.	R\$
1	Locação de solução de áudio e vídeo para o Plenário 3 , contemplando 1 painel de videowall (4 telas, arranjo 2x2), 1 estrutura de instalação/suporte/fixação, 1 splitter de vídeo, 1 monitor de retorno, 8 microfones de mesa tipo gooseneck, 1 mesa controladora de som, cabeamentos, conectores, adaptadores, acessórios, instalação, configuração, integração, testes, manutenção preventiva e corretiva e apoio operacional presencial, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência	12556	mês	12	R\$	R\$
2						
Total:					R\$	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável para até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA- MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$..... (.....), perfazendo o valor total anual de R\$..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, **além das previstas no item 5.1. termo de referência:**

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.9.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial do CRM-MG para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, **além das previstas no item 5.2. do termo de referência:**

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias,

tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à

segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados

à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2026, na dotação abaixo discriminada:

5.2.2.1.1.33.90.39.007 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Subseção Judiciária de Belo Horizonte, MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belo Horizonte, de de 2026.

CONTRATANTE

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cons. Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira

Presidente do CRMMG

CONTRATADO

Representante Legal

Testemunhas

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Pinheiro de Azevedo, Coordenador(a) do Setor de Compras e Licitação do CRM-MG**, em 20/04/2026, às 11:27, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4101604** e o código CRC **980E1AAF**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -
<https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.13.000001264-5 | data de inclusão: 20/04/2026